



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

GEOPOLÍTICA MILITAR BRASILEIRA: o projeto viário militar e a formação territorial do Estado brasileiro (1889–1940)

Marco Túlio Martins¹
marco.martins@ueg.br

Glauber Lopes Xavier²
glauber.xavier@ueg.br

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT 1: Geografia Política e Geopolítica: dos Enfoques Clássicos às Renovações

RESUMO

Este trabalho analisa o projeto viário desenvolvido pelo Exército brasileiro a partir dos Relatórios do Ministério da Guerra, interpretando-o como expressão de uma racionalidade geopolítica voltada à consolidação da soberania e à formação territorial do Estado republicano. Parte-se da hipótese de que a infraestrutura de transportes tais como, estradas estratégicas, ferrovias, vias fluviais e linhas telegráficas, constitui instrumento fundamental de territorialização do poder estatal. A análise documental é articulada ao referencial da geopolítica clássica, especialmente Friedrich Ratzel, Halford Mackinder e Mário Travassos, bem como à noção de poder infraestrutural do Estado. Os resultados indicam que o Exército concebia a circulação territorial como condição material da soberania, estruturando um projeto de integração do interior e de proteção das fronteiras. Conclui-se que o projeto viário militar operou como mecanismo de produção do território nacional, antecipando formulações geopolíticas que seriam sistematizadas posteriormente na tradição estratégica brasileira.

Palavras-chave: Geopolítica Militar; Território; Projetos Viários, Relatórios do Ministério da Guerra.

INTRODUÇÃO

A consolidação do Estado republicano brasileiro não pode ser compreendida apenas a partir de reformas institucionais ou reorganizações administrativas. Ela implicou um processo mais profundo: a produção material do território nacional como espaço politicamente controlado. Nesse contexto, os Relatórios do Ministério da Guerra (1889–1940) apresentam uma dimensão frequentemente subestimada: a infraestrutura como fundamento da soberania. A hipótese central deste trabalho é que o projeto viário militar constitui expressão concreta de uma racionalidade geopolítica, na qual circulação e território são indissociáveis. A construção de estradas estratégicas, a implantação de linhas telegráficas e o planejamento ferroviário devem ser interpretados como instrumentos de territorialização do poder.

¹ Formação, maior titulação, filiação institucional, cidade e estado.

² Formação, maior titulação, filiação institucional, cidade e estado.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Em Friedrich Ratzel, o Estado é concebido como organismo territorial cuja vitalidade depende da coesão espacial e da expansão de suas redes internas. O território não é mero suporte físico, mas condição existencial do poder político. A ausência de circulação compromete a unidade do organismo estatal. Em Halford Mackinder, a centralidade do controle espacial aparece associada à mobilidade estratégica. O domínio das áreas interiores e das rotas de circulação define a capacidade de projeção e defesa de um Estado. A circulação não é apenas logística: é categoria estruturante do poder. Já em Mário Travassos, a geopolítica brasileira adquire formulação própria. Ao enfatizar os eixos de penetração continental e a necessidade de integrar o interior sul-americano, Travassos sistematiza uma intuição já presente nos relatórios militares das décadas anteriores: a soberania brasileira depende da articulação entre litoral e hinterlândia. Assim, este trabalho propõe interpretar o projeto viário militar como prática geopolítica anterior à formalização teórica da geopolítica nacional.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se na análise documental sistemática dos Relatórios do Ministério da Guerra entre 1889 e 1940. A leitura foi orientada pela identificação de: Menções a obras de infraestrutura estratégica; Justificativas discursivas associadas à soberania e defesa; Articulações entre mobilidade militar e integração territorial; Planejamento institucional da circulação. A interpretação dos dados dialoga com 4 temas fundamentais para a Geografia Política e a Geopolítica: A concepção organicista de Estado em Ratzel; A teoria do controle espacial em Mackinder; A formulação dos eixos continentais em Travassos; A noção de “poder infraestrutural do Estado”, entendida como capacidade de penetrar e coordenar o território por meio de redes materiais. Essa abordagem permite compreender a infraestrutura como dispositivo de poder, e não apenas como política pública.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A compreensão do projeto viário militar nos primeiros decênios republicanos exige que se ultrapasse a leitura meramente administrativa dos Relatórios do Ministério da Guerra, situando-os no interior de um processo mais amplo de territorialização do poder estatal. A organização do Exército, reiteradamente apontada como condição para a integridade do território, entende que a unidade espacial não era concebida apenas como dado geográfico, mas como construção política e estratégica. Nesse sentido, as obras de infraestrutura devem ser interpretadas como dispositivos materiais de soberania, por meio dos quais o Estado buscava converter extensão territorial em espaço efetivamente controlado. A circulação, longe de ser dimensão

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongéo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

técnica secundária, aparece como categoria central da racionalidade militar republicana, aproximando-se das formulações da geopolítica clássica que associam coesão territorial, mobilidade estratégica e permanência do Estado.

Nos primeiros anos da República, os relatórios do Ministério da Guerra estabeleceram que a organização do Exército era a premissa fundamental para garantir a integridade territorial, compreendendo a unidade do solo como a própria condição de existência do Estado. Essa visão estratégica manifestou-se na construção de estradas estratégicas no Paraná e Mato Grosso, interpretadas como mecanismos de fortalecimento do "organismo estatal" que visavam ampliar a circulação interna e reduzir zonas de vulnerabilidade. Um exemplo prático dessa preocupação técnica foi o uso de revestimento em macadame na Serra do Arêa em 1892, garantindo a durabilidade da via para o trânsito militar em qualquer condição climática. Complementarmente, as colônias militares funcionavam como pontos de fixação e "nódulos orgânicos", transformando o território de uma extensão passiva em um espaço ativo de intervenção e integração estatal.

Essa lógica de controle das áreas interiores e das rotas estratégicas assemelha-se aos argumentos de Mackinder sobre a posição geopolítica dos Estados, na qual a soberania dependia da capacidade de mobilizar forças rapidamente. Por essa razão, os relatórios de 1913 e 1914 apresentavam críticas contundentes aos traçados ferroviários guiados estritamente por interesses econômicos, defendendo que critérios estratégicos deveriam prevalecer para assegurar a defesa nacional. A importância dessa infraestrutura foi confirmada por experiências históricas distintas: enquanto a Guerra de Canudos (1898) expôs graves deficiências logísticas e de transporte, a Revolta Paulista de 1924 demonstrou empiricamente que a mobilidade ferroviária era um fator decisivo para a manutenção da ordem e a afirmação da soberania material. As iniciativas registradas nos documentos, como a ligação Paraná–Mato Grosso e as linhas telegráficas amazônicas chefiadas por Rondon, destacam que a lógica de articulação do território ao espaço sul-americano já operava décadas antes da sistematização teórica de Mário Travassos. O interior não era negligenciado como um vazio, mas tratado como um espaço estratégico a ser integrado ao centro político-administrativo através de eixos internos de comunicação. Esse esforço de integração foi consolidado entre 1935 e 1940 com a atuação dos Batalhões Rodoviários e Ferroviários, que executaram obras como a estrada Aquidauana–Bela Vista e a ligação Rio Negro–Lages. Em última análise, a infraestrutura descrita nos relatórios produziu uma nova territorialidade, convertendo a soberania de um mero princípio jurídico em uma capacidade material de penetração, coordenação e presença contínua do Estado sobre o seu solo.

A análise do projeto viário militar prova que o mesmo constituiu elemento estruturante da formação territorial brasileira, transformando infraestrutura em instrumento de produção da soberania material. Ao articular interior e litoral, fronteira e centro político, os militares converteram circulação em poder, antecipando formulações geopolíticas que posteriormente seriam sistematizadas por autores como Mário Travassos. As experiências históricas, da precariedade logística em Canudos à eficiência ferroviária

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongéo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

na Revolta de 1924, demonstram que a capacidade de mobilização espacial tornou-se fundamento concreto da autoridade estatal. Assim, as obras descritas nos relatórios não apenas integraram regiões isoladas, mas redefiniram a própria natureza da soberania, deslocando-a do plano jurídico-formal para o campo da presença territorial efetiva. O Exército, ao construir estradas, ferrovias e redes de comunicação, não apenas defendeu o território nacional, mas contribuiu decisivamente para produzi-lo enquanto espaço político integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Relatórios do Ministério da Guerra entre 1889 e 1940 permite afirmar que o projeto viário militar constituiu dimensão estruturante da formação territorial do Estado brasileiro. Longe de se restringirem a iniciativas técnicas de engenharia ou a respostas conjunturais a conflitos específicos, as obras de infraestrutura integraram uma racionalidade geopolítica voltada à consolidação da soberania e à produção material da unidade nacional. Sob a perspectiva ratzeliana, observa-se que o Estado republicano buscou fortalecer seu “organismo territorial” por meio da ampliação e densificação das redes de circulação interna, reduzindo zonas de vulnerabilidade e integrando áreas periféricas ao centro decisório. A circulação aparece, assim, como condição de vitalidade estatal. Na chave interpretativa de Mackinder, o controle das rotas estratégicas internas revelou-se fundamento da capacidade de mobilização e da manutenção da ordem, demonstrando que o domínio do espaço não se esgota na delimitação de fronteiras, mas depende da efetiva articulação das áreas interiores. Já à luz de Mário Travassos, torna-se evidente que o projeto viário militar antecipou a lógica dos eixos de integração continental, consolidando conexões entre litoral, planalto central e fronteira oeste, fundamentais para a projeção estratégica do Brasil na América do Sul. Nesse sentido, a infraestrutura operou como instrumento de territorialização do poder, convertendo o espaço nacional em rede articulada de fluxos militares, administrativos e econômicos. Conclui-se, portanto, que o Exército brasileiro desempenhou papel decisivo não apenas na defesa do território, mas na sua própria produção enquanto espaço político integrado. Ao planejar e executar obras de engenharia estratégica, a instituição militar contribuiu para consolidar o poder infraestrutural do Estado republicano, transformando circulação em soberania e infraestrutura em fundamento da unidade nacional. O projeto viário militar deve, assim, ser compreendido como prática geopolítica estruturante da formação territorial brasileira, cujos efeitos ultrapassaram o campo estritamente militar e incidiram diretamente sobre a configuração espacial do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatórios do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro, 1889–1940.

MACKINDER, Halford. *Democratic Ideals and Reality*. Londres: Constable, 1919.

RATZEL, Friedrich. *Politische Geographie*. Leipzig: Oldenbourg, 1897.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1937.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/